

# FHC assina o acordo da dívida

BRASIL PAGARÁ AOS BANCOS CREDORES PRIVADOS US\$ 7 BILHÕES A MENOS DO QUE O PREVISTO INICIALMENTE

*Externa*

PAULO SOTERO,  
DE TORONTO

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, assinou ontem em Toronto, Canadá, com os representantes dos bancos credores, um acordo de reestruturação da dívida externa que, quando completado, reduzirá em cerca de US\$ 7 bilhões a conta de US\$ 35 bilhões de débitos renegociados e estenderá os pagamentos de juros e principal do restante ao longo dos próximos 30 anos, a taxas fixas.

A efetivação do negócio, que encerra para o País a custosa crise da dívida externa contrainda pelo regime militar, depende ainda do apoio do Fundo Monetário Internacional ao programa de estabilização que o governo anunciou na semana passada. O aval do FMI levará o Tesouro dos Estados Unidos a fazer uma emissão especial de títulos, no valor total de aproximadamente US\$ 3,7 bilhões, que o País comprará e repassará aos bancos em quatro parcelas. A primeira, de US\$ 2,8 bilhões,

tem de ser apresentada até 15 de abril, prazo acertado para a efetivação do acordo.

Falando em português, o ministro da Fazenda ressaltou a importância histórica do ato, realizado na presença de cerca de 150 pessoas num salão enfeitado com bandeiras no hotel Four Seasons, a apenas algumas quadras de um outro hotel de Toronto, o Sheraton, que faz parte da história da crise da dívida. Foi ali, durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, que a notícia da quebra do México, em setembro de 1982, precipitou a crise financeira internacional.

Último dos grandes devedores a regularizar suas relações com os bancos, depois de duas moratórias, "o Brasil aceitou o desafio do futuro" e chegará a um entendimento com o Fundo, garantiu Fernando Henrique. Dois membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o gaúcho Jospe Fogaça e o catarinense Esperidião Amin, assistiram à cerimônia.

O interesse dos bancos em



AFP

FHC: fim da "dor de cabeça".

acabar com o que o ministro chamou de "uma dor de cabeça permanente" foi confirmado ontem mesmo pela representatividade dos credores que aderiram ao acordo. Bancos detentores de um total de 89% da dívida assinaram ontem — a maioria, por procuração — e William R. Rhodes, o vice-presidente do Citibank que comandou o comitê dos credores, previu que ainda em dezembro será alcançada a "massa crítica" que, tecnicamente, permite a concretização dos contratos. A relutância da família Dart, dos EUA, que detém 4% da dívida, não impedirá a obtenção da massa crítica nem a entrada em vigor do negócio, disseram Rhodes e fontes oficiais brasileiras.

Em seu discurso, o ministro da Fazenda prestou uma homenagem especial a um de seus antecessores no cargo, Luiz Carlos Bresser Pereira. Fernando Henrique lembrou o papel precursor, não reconhecido na época, que Bresser Pereira teve nos breves meses que ocupou a pas-

ta da Fazenda, em 1987, quando lançou o conceito do perdão parcial e da securitização da dívida. Repelida publicamente pelo então secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, o conceito virou a base do "plano Brady", lançado pelo secretário de Estado seguinte, Nicholas Brady, como estratégia oficial dos EUA para o problema da dívida.

FHC saudou também o trabalho realizado pelo presidente do Banco Central, Pedro Sampaio Malan, que como negociador da dívida comandou os mais de dois anos de negociações, em meio a mudanças de governo e de ministros.

William R. Rhodes reservou sua homenagem especial ao ex-ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, e ao ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, lembrando a importância do primeiro acordo da dívida, negociado em 1983, "quando havia um amplo temor de que o sistema financeiro internacional poderia entrar em colapso".